



**ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
DO MUNICÍPIO DE BETIM**

**CAPÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art. 1º Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim – CODEMA.

Parágrafo único - A expressão Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim e a sigla CODEMA se equivalem para efeitos de referência e comunicação.

**CAPÍTULO II
DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º O CODEMA foi criado como órgão colegiado, pela Lei Municipal N.º 1.228, de 23 de outubro de 1978, alterado pela Lei Municipal N.º 2.126, de 20 de agosto de 1991 e passou a ser regido pela Lei Municipal N.º 3.274, de 20 de dezembro de 1999 e regulamentado pelo Decreto Municipal N.º 16.660, de 01 de junho de 2001.

Art. 3º - Compete ao CODEMA :

I - auxiliar o Executivo nas questões ambientais em que não tenha competência deliberativa;

II - definir as áreas onde as ações do governo municipal, relativas à qualidade ambiental, devam ser prioritárias;

III - propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;

IV - propor procedimentos e ações visando a proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida no Município, observada a legislação federal, estadual e municipal;

V - determinar ações para o exercício do poder de polícia administrativa e para os casos de infração à legislação e às normas específicas de meio ambiente;

VI - estabelecer as normas técnicas e os padrões de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação dos recursos ambientais, observada a legislação federal, estadual e municipal;

VII - propor procedimentos e ações visando a utilização adequada dos recursos ambientais do Município, em conformidade com as potencialidades sócio-econômicas locais e regionais;

VIII - atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental com ênfase nos problemas e potencialidades do Município;

IX - solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do Município na área ambiental;

X - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisa e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

XI - opinar previamente sobre planos e programas anuais e plurianuais de trabalho do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, no que diz respeito à sua competência exclusiva;

XII - deliberar sobre a realização de estudos sobre consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a harmonização do desenvolvimento sócio-econômico com a proteção ambiental;

XIII - deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;

XIV - acompanhar e exigir o controle permanente das atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes;

XV - deliberar sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de grande e médio porte;

XVI - decidir, em segunda e última instância administrativa, sobre o pedido de licenciamento ambiental de fontes poluidoras classificadas como de pequeno porte;

XVII - aprovar relatórios de impacto ambiental;

XVIII - aprovar normas pertinentes ao sistema municipal de licenciamento ambiental, inclusive a classificação das atividades e empreendimentos por porte e potencial poluidor, obedecida a classificação instituída pela legislação federal e estadual;

XIX - receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XX - opinar nas diretrizes sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e posturas municipais, visando a adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do Município;

XXI - promover audiências públicas, através do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, visando a participação da comunidade e do empreendedor na discussão dos processos de instalação de empreendimentos e atividades poluidoras;

XXII - propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de valor excepcional, da fauna e da flora ameaçados de extinção, dos mananciais, das matas ciliares, do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e áreas representativas de ecossistemas destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XXIII - emitir parecer prévio sobre o reconhecimento, pelo Executivo, de Reserva Particular Ecológica, na forma da Seção IV do Capítulo VII desta Lei e de seu regulamento;

XXIV - decidir, em segunda e última instância administrativa, sobre a aplicação de sanções previstas na legislação ambiental;

XXV - homologar acordos visando a conversão da sanção de multa simples em obrigação de execução de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, sem prejuízo da execução de medidas exigidas em lei;

XXVI - homologar os termos de compromisso celebrados com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, destinados a permitir as necessárias correções de suas atividades, para sua adequação às normas ambientais, nos termos da legislação em vigor, especialmente a Lei Federal N.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e o Decreto Federal N.º 3.179, de 21 de setembro de 1999;

XXVII - deliberar sobre a procedência de impugnação, sob a dimensão ambiental, relativa às iniciativas de projetos do Poder Público ou de entidades por ele mantidas, destinados à implantação física no Município;

XXVIII - responder a consultas sobre matérias de sua competência;

XXIX - avocar a si exame e decisão sobre qualquer assunto que julgar de importância para a política ambiental do Município;

XXX - exercer as atividades correlatas que lhe forem delegadas.

Art. 4º O suporte técnico, financeiro e administrativo indispensável ao funcionamento do CODEMA, será prestado diretamente pela Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente, ou órgão municipal correspondente que vier a lhe suceder..

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DO CODEMA

Art. 5º O CODEMA, como estabelecido no Art. 13 da Lei N.º 3.274, de 20 de dezembro de 1999, será composto de 16 (dezesseis) membros efetivos e seus suplentes, sendo 08 (oito) representantes do poder público e 08 (oito) representantes da sociedade civil, na forma do artigo § 2º do artigo 2º do Decreto nº 18.638, de 17 de junho de 2002, a saber:

I – de um representante e seu suplente dos seguintes órgãos do Poder Público:

- a) Secretária Municipal de Meio Ambiente, que é seu Presidente;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- d) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- f) Polícia Florestal do Estado de Minas Gerais;
- g) Superintendência Municipal de Defesa Civil;
- h) Câmara Municipal de Betim

II – de um representante e seu suplente, entre cada um dos seguintes segmentos ou conjunto de segmentos de entidades da Sociedade Civil:

- a) Câmara de Dirigentes Lojistas de Betim;
- b) Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Betim – ACIABE;
- 0247 c) Representante de Sindicatos de trabalhadores de categorias profissionais não liberais, com base territorial no Município de Betim;
- d) representante de Sindicato de trabalhadores de categorias profissionais liberais, com base territorial no Município de Betim;
- 0248 e) representante de entidade civil com finalidade de defesa do meio ambiente;

- f) representante de entidade civil com finalidade de defesa do meio ambiente e social; *valor*
g) representante de entidade filantrópica;
h) representante de universidade ou unidade de ensino superior, pública ou não, que atue no Município de Betim.

Art. 6º Cada membro do CODEMA terá um suplente que substituirá o efetivo em caso de impedimento, indicado pelo mesmo órgão que indicar o membro efetivo.

Art. 7º O membro representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente será o substituto do Presidente, nos seus impedimentos.

Parágrafo único – Em caso de impedimento simultâneo do Presidente e de seu substituto, assumirá provisoriamente a presidência o membro mais idoso do CODEMA presente à reunião, que procederá imediatamente à eleição do presidente da sessão.

Art. 8º Os membros efetivos de que trata o artigo 5º, inciso I e , e seus respectivos suplentes, serão indicados pela direção de cada um dos órgãos e entidades mencionados.

Parágrafo único – O órgão ou entidade poderá substituir o membro efetivo ou seu suplente, mediante comunicação motivada por escrito dirigida ao Presidente do CODEMA.

Art. 9º Os membros efetivos de que trata o artigo 5º, inciso II, e seus respectivos suplentes, serão escolhidos em reunião conjunta dos órgãos e entidades interessados com o Presidente do CODEMA.

§ 1º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do CODEMA mediante comunicação escrita, onde conste dia, hora e local, assim como a pauta da reunião;

§ 2º - O Presidente do CODEMA não tem direito a voto nas reuniões para a escolha dos representantes de que trata o Art. 9º desse regimento.

§ 3º - O Presidente do CODEMA julgará os pedidos de impugnação de órgãos ou entidades que não se enquadrarem no artigo 5º, inciso II.

§ 4º - Os membros efetivos e seus suplentes escolhidos de que trata o artigo 5º inciso I, terão mandato com duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 10 O membro efetivo e seus suplentes, de que trata o artigo 5º inciso II, terão mandato com duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução. *(desde que não haja manifestação contrária dos demais conselheiros)*

Art. 11 O CODEMA deliberará, por iniciativa própria ou por requerimento do interessado, a inclusão ^{ou exclusão} de órgãos ou entidades como membros convidados para cada reunião do Conselho.

Parágrafo único – Os membros convidados não têm direito a voto.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12 Ao Presidente do CODEMA compete:

- I – dirigir os trabalhos e presidir às sessões;
- II – convocar as reuniões do Conselho;
- III – dirimir dúvidas relativas à interpretação deste Regimento;
- IV – encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do Conselho;

- V – assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- VI – assinar as deliberações do Conselho;
- VII – despachar os expedientes do Conselho;
- ~~XVIII~~ VIII – dirigir as sessões ou suspendê-las, conceder, negar e cassar a palavra, ou delimitar a duração das intervenções;
- IX – designar relatores para estudos preliminares dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- X – decidir casos de urgência ou inadiáveis, do interesse ou salvaguarda do Conselho, “*ad referendum*” do plenário do mesmo;
- XI – fazer cumprir este Regulamento;
- XI – delegar atribuições de sua competência.
- ~~XII~~ XII – receber pedido de reconsideração de penalidade aplicada pelo plenário; ~~X~~
- XIII – exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas

Art. 13 Compete aos membros do CODEMA:

- I – comparecer às reuniões;
- II – debater a matéria em discussão;
- III – requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV – apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados;
- V – votar;
- VI – propor temas e assuntos à discussão e votação do Conselho.
- VII – propor e ou aprovar regimento interno do Conselho
- VIII – votar, propor e ou aprovar Deliberações Normativas fixando normas e padrões de controle ambiental;
- IX – exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES DO CODEMA

Art. 14 O CODEMA se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§ 1º - As reuniões ordinárias ocorrerão quinzenalmente, na primeira e terceira Quinta feira do mês, com convocação automática e permanente mediante, calendário proposto pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente e aprovado pelo plenário, no Prédio Central da Prefeitura Municipal, na sala de reuniões conhecida como “sala melhor”

§ 2º - A reunião ordinária que for definida pelo Presidente do CODEMA para funcionar em outro local que não o definido no § 1º, deverá ter o novo local comunicado aos Conselheiros e eventuais participantes por qualquer meio idôneo, inclusive telefônico.

§ 3º - As reuniões extraordinárias ocorrerão por iniciativa do Presidente ou por solicitação por escrito assinada por um mínimo de 5 (cinco) de seus membros efetivos, encaminhada ao Presidente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 4º - O Presidente convocará as reuniões extraordinárias com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias, mediante fixação de edital no hall da Prefeitura e do Anexo I, e por ofício a cada membro do Conselho e eventuais participantes credenciados. ~~X~~

Art. 15 Somente haverá reunião do CODEMA com a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros com direito a voto.

Art. 16 As reuniões do CODEMA serão públicas, respeitadas a capacidade do local onde for realizada a reunião e a ordem de inscrição do público interessado.

§ 1º - A inscrição do público interessado será aberta na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em livro próprio, 24 (vinte e quatro) horas antes do início da reunião.

§ 2º - Por decisão do Presidente, será facultado a todos os presentes o direito à palavra, ressalvando-se o disposto no item VIII do artigo 12 do presente Regimento.

→ **Art. 17** Por decisão do CODEMA, nos termos deste Regimento, poderá ser vedada a participação do público e membros convidados na reunião seguinte, ordinária ou extraordinária.

Art. 18 Havendo o número regimental o Presidente abrirá a sessão, procedendo-se à leitura da ata da sessão anterior, a qual, depois de discutida e aprovada, com emendas ou sem elas, será subscrita pelo Presidente.

Parágrafo único - A leitura da ata poderá ser dispensada por requerimento, mesmo verbal, de Conselheiro, mediante aprovação do plenário.

Art. 19 Os assuntos a serem apreciados nas reuniões deverão constar de pauta previamente distribuída, acompanhada dos documentos necessários ao estudo da matéria.

Parágrafo único - Por requerimento de qualquer de seus membros com direito a voto, o CODEMA poderá deliberar sobre a inclusão de novos assuntos na pauta da reunião em curso, ou na pauta da reunião seguinte.

Art. 20 Os assuntos serão discutidos segundo a respectiva ordem de inscrição em pauta, podendo o Conselho, a requerimento de qualquer de seus membros, deliberar sobre a precedência de um sobre o outro.

→ **Art. 21** Os assuntos serão discutidos em plenário e depois de suficientemente esclarecidos, serão colocados em votação pelo Presidente.

§ 1º - Terão direito a voto os membros efetivos do Conselho, ou, no caso de ausência ou impedimento, os seus respectivos suplentes.

§ 2º - Será considerada aprovada a menção que obtiver a maioria simples dos votos, com exceção da votação de pedido de vista mencionada no artigo 22 deste Regimento.

§ 3º - Cabe ao Presidente do CODEMA, além do voto pessoal, o de qualidade.

Art. 22 Qualquer membro efetivo do Conselho que não se julgue suficientemente esclarecido poderá, antes de encerrada a discussão, pedir vista da matéria em debate, a qual permanecerá na pauta para a reunião seguinte, e dela só poderá ser retirada por novo pedido de vista, se aprovado pelo voto de dois terços dos membros presentes à reunião.

Art. 23 As atas, lavradas em livro próprio, depois de aprovadas e assinadas pelo Presidente, nos termos do artigo 18, serão assinadas pelos membros que participaram da reunião que as originou.

Art. 24 As decisões e deliberações do CODEMA serão colocadas à disposição dos interessados, na sede da Coordenadoria de Meio Ambiente, e as Deliberações Normativas deverão ser publicadas na COMEIA, no Diário Oficial do Município, e na sua falta em jornal local de grande circulação.

*Em caso de ausência
do Conselho
o que fazer?*
*(Preencher
anexo)*

CAPÍTULO VI DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 25 Dentro das disponibilidades de recursos e pessoal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do CODEMA, poderá ser criada uma Secretaria Executiva para dar suporte administrativo ao CODEMA.

Art. 26 A criação da Secretaria Executiva prevista do Art. anterior deverá ser definida e estruturada pelo plenário do CODEMA, e sua criação, funcionamento e número de integrantes definida através de Deliberação Normativa.

Art. 27 A função de Secretário Executivo do CODEMA deverá ser exercida por funcionário de carreira da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou da Prefeitura Municipal de Betim.

§ 1º - O Secretário Executivo, por delegação expressa do Presidente do CODEMA, poderá, em casos de urgência ou inadiáveis, motivadamente, decidir sobre pedidos de concessão de licença ambiental simplificada

§ 2º - A decisão de que trata o parágrafo anterior deverá ser ratificada pelo Presidente do CODEMA.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 28 - O CODEMA diante das necessidades e de sua disponibilidade de pessoal e recursos poderá criar Câmaras Técnicas para seu suporte, através de Deliberação Normativa.

Art. 29 Os membros do CODEMA responderão pelo Conselho até a data de nomeação e posse de novos membros.

Art. 30 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente, "ad referendum" do Conselho.

Art. 31 Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Regimentos Internos de 22 de julho de 1.992, de 1º de julho de 1.993, no que conflitar com este Regimento

Art. 32 Este Regimento Interno deverá ser aprovado por 2/3 do CODEMA, e entrará em vigor imediatamente após a assinatura do Presidente do CODEMA, e sua aprovação por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

BETIM, 22 de maio de 2003

**CLEIDE IZABEL PEDROSA DE MELO
PRESIDENTE DO CODEMA**